


INFORMATIVO

Publicação da
Associação Brasileira
do Agronegócio

abag

nº 100 – Ano 17 – Out – Nov – Dez/2015



ABAG participa das
discussões sobre clima
na **COP21** e no **Global
Landscapes Forum**
em Paris (página 4)

Entrevista exclusiva com o especialista em energia, Adriano Pires (página 2)

Para especialista em energia, o governo conseguiu quebrar dois ícones nacionais: o etanol e a Petrobras

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), mestre em Planejamento Energético pelo COPEE (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia) da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos mais renomados especialistas em questões energéticas, Adriano Pires é cético em relação a uma solução de curto prazo para o descompasso entre a política governamental de preços dos combustíveis e as necessidades do setor privado. Segundo ele a preocupação com a inflação ainda se sobrepõe à saúde financeira e capacidade de investimento do setor e, até mesmo, da Petrobras. Acompanhe abaixo a entrevista exclusiva concedida ao *Informativo ABAG*.

No seu entendimento, o descompasso entre as políticas de governo e as necessidades do setor privado em relação ao preço dos combustíveis tem perspectiva de ser equacionado no curto prazo?

Resposta: No curto prazo, não há perspectiva de equacionamento. A política de preços dos combustíveis, apesar dos recentes reajustes, permanece em linha com as necessidades do governo. A inflação ainda se sobrepõe à saúde financeira e capacidade de investimento, até mesmo, da Petrobras. Desde 2011, a Petrobras perdeu cerca de R\$ 48 bilhões (sendo cerca de R\$ 16 bilhões com a gasolina e R\$ 32 bilhões com o diesel) ao vender combustíveis no mercado doméstico mais barato do que no mercado internacional, por causa de uma política de incentivo artificial ao consumo e da preocupação com o controle inflacionário.

As recentes elevações de preço dos combustíveis foram pautadas pelas condições políticas/econômicas do país. O reajuste do PIS/COFINS e a volta da CIDE nos preços da gasolina e do diesel, determinados por lei, foram definidos no âmbito do pacote de ajuste fiscal, pela necessidade de se elevar a arrecadação. Portanto, continuamos sem uma

política de preços clara e transparente, que se move sem nenhuma relação com o mercado internacional, nem tão pouco com as necessidades do mercado interno.

Que avaliação o senhor faz dos efeitos da política equivocada de preços praticada pelo governo federal sobre a produção de etanol no médio e longo prazos?

Resposta: A manutenção da política de preços do governo, voltada para subsidiar o consumo de gasolina, trouxe prejuízo não só para Petrobras, mas também desorganizou a indústria de etanol como um todo. Conseguiram quebrar dois ícones nacionais: a Petrobras e o etanol. Os preços administrados para os combustíveis fósseis, como a gasolina, no mercado interno desestimularam a produção e consumo do etanol, aumentando a demanda por gasolina. A importação de gasolina cresceu de 2010 para cá mais de 300%. O etanol se tornou inviável como combustível veicular com o fim da CIDE. Dessa forma, etanol perdeu a competitividade frente ao combustível fóssil, e também ficou sem um programa junto à indústria automobilística, que não incentivou a eficiência dos motores flex, e sem a definição do papel do etanol anidro e hidratado na matriz de combustíveis.

No plano ideal, quais as ações que deveriam ser adotadas pelo governo para estimular a produção de energia a partir da biomassa? E na realidade o que o senhor acredita que será feito efetivamente?

Resposta: Para estimular a produção de energia a partir da biomassa é necessário:

- Medidas governamentais que definam o papel desses produtos na matriz energética brasileira;
- Buscar o equilíbrio entre as diversas fontes na geração de energia, a fim de aproveitar as particularidades que cada uma fornece como a complementariedade com a hidroeletricidade, no caso da biomassa;
- Elaboração de um plano que objetive o aproveitamento das energias renováveis como a biomassa, a eólica e a solar no país, criando mecanismos para a redução dos custos destas energias;



- Levantamento da capacidade da rede de distribuição e de transmissão para a interconexão com a geração a biomassa;
- Incentivo à ampliação da participação da biomassa do bagaço de cana para geração de eletricidade.

A bioeletricidade deveria ser incentivada, pois além de ser uma energia limpa, complementa a gerada por hidroelétricas e está presente na região Sudeste, que é a maior consumidora de energia do país. Contudo, a política do setor elétrico continua velha e olhando somente para o curto prazo. Não enxerga as mudanças de paradigma que estão ocorrendo no mundo, com o incentivo a produção de energia limpa e renovável vinda das chamadas energias intermitentes.

A seu ver, há ainda desequilíbrio de preços entre o etanol e a gasolina?

Resposta: O preço médio do etanol ao consumidor em outubro/2015 foi de R\$ 2,36/l, representando 68% do preço médio pago pela gasolina comum. Entretanto, esse preço médio é ponderado pelo volume de vendas, que é concentrado no estado de São Paulo, onde a proximidades com usinas produtoras e a menor alíquota de ICMS fazem com que o preço seja inferior a outros estados. Em outubro, o etanol foi competitivo frente à gasolina em sete estados. Ou seja, no curto prazo o etanol voltou a ser competitivo com a volta da CIDE, aumento no preço da gasolina e redução do ICMS em alguns estados. O problema é que o setor continua sem políticas públicas de longo prazo e isso pode manter a situação histórica do chamado ciclo de *stop and go*, que tanto tem penalizado o etanol ao longo da sua trajetória.

Qual o impacto negativo do preço do diesel nos custos do agronegócio de forma geral?

Resposta: O diesel é um item essencial no agronegócio. Usado em máquinas usadas no plantio, na criação de animais, na colheita, no transporte de fertilizantes e de alimentos, no controle de pragas e doenças e na distribuição e escoamento da produção, por meio de transporte rodoviário. Logo, o preço do diesel em níveis elevados pode ampliar os custos totais de produção, tirando competitividade dos produtos brasileiros. É importante notar que, o agronegócio, o transporte de mercadorias e o próprio transporte de ônibus têm sido, nesse ano, as principais vítimas dessa política de preços que mantém o preço do diesel bem acima do mercado internacional. Na média do ano, o diesel na refinaria brasileira ficou 17% acima do mercado internacional.

O senhor é otimista em relação a termos uma efetiva política energética, que esteja em consonância com políticas agrícolas, industriais e de comércio exterior, entre outras?

Resposta: Não. Não há otimismo diante do grande caos político e econômico em que o país se encontra. O governo perdeu credibilidade e só se preocupa com o reajuste fiscal e com a possibilidade de impeachment. Com isso, não vemos no horizonte nenhuma política efetiva capaz de propor mudanças que permitam ao país usufruir da sua diversidade energética e a sua dispersão regional. Era preciso um governo que transformasse a vantagem energética que a natureza deu ao Brasil numa vantagem competitiva. Além do mais, o fato de o Brasil ser um grande produtor de energias de origens renováveis deveria nos colocar numa posição de vanguarda no mundo. Mas, infelizmente não é isso que vemos, por exemplo, na COP 21 em Paris.

O agronegócio brasileiro e as soluções levadas para a COP21

O agronegócio tem importância decisiva no cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), recentemente anunciadas pelo governo brasileiro. Em função disso, as principais entidades e grupos representativos do setor tiveram intensa participação em vários eventos durante a 21ª reunião da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP21), realizada em Paris no início de dezembro.

Uma das atuações do agronegócio brasileiro na Conferência foi no Global Landscapes Forum, um evento paralelo ao ambiente oficial da COP21, que se constitui num dos mais importantes fóruns para discussão de questões relacionadas ao uso da terra. O evento foi promovido por um consórcio multissetorial de organizações internacionais, dentre as quais o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Desenvolvimento (PNUD), o World Resources Institute (WRI) e o Center for International Forestry Research (CIFOR).

A ABAG, juntamente com Sociedade Rural Brasileira (SRB) e o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), tendo como parceira a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura organizaram um estande, no Pavilhão Finanças e Comércio (Finance & Trade) do Global Landscapes Forum. O espaço serviu para divulgar as ações que o agronegócio brasileiro tem promovido para atenuar os impactos da mudança do clima e também ajudou na realização de networking entre os participantes.

Foi realizado ainda um debate que discutiu os desafios e as oportunidades para a implementação de medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, que foram sinalizadas pelo governo brasileiro e que tem forte relação com o agronegócio. O painel, denominado “Agricultura



e Floresta de Baixo Carbono no Brasil: aprendendo com líderes locais” foi moderado por Roberto Waack, líder da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e contou com os painelistas: Marcello Brito, diretor da ABAG, Fernando Sampaio, presidente do GTPS; Marcelo Vieira da SRB e Rane Cortez representando a The Nature Conservancy - TNC.

O consenso entre as entidades foi não apenas sobre os grandes desafios que o agronegócio brasileiro terá pela frente para o cumprimento das metas definidas pelo governo brasileiro, mas também sobre os potenciais ganhos com a adoção em escala de uma agricultura de baixo carbono no país. A avaliação da ABAG é de que é preciso aperfeiçoar as políticas e os meios de financiamento para que os recursos cheguem de fato aos produtores e para que os resultados possam ser mensurados. A ABAG acredita que a recuperação de pastagens degradadas será essencial, pois além de representar um grande potencial de redução de emissões, também contribui para ampliar a produção de alimentos de forma sustentável. Durante o painel também foi discutido o papel de todos os elos da cadeia para que a produção agrícola sustentável tenha maior reconhecimento.

Feliz 2019!

Começa a se consolidar entre os analistas econômicos a constatação de que a recuperação da economia brasileira vai demorar muito mais do que o previsto anteriormente. Há casos de experientes especialistas que projetam crescimento efetivamente significativo para o PIB somente em 2019.

Segundo os dados apresentados pela MB Associados na reunião de diretoria da ABAG no mês de novembro,

a indústria registra hoje um desempenho que representa um retrocesso aos níveis de 11 anos atrás, já desconsiderados os efeitos da sazonalidade. Além do agronegócio, o único dado favorável está nas exportações, observam os analistas da consultoria.

As projeções da MB para 2016 apontam crescimento de 3% na agropecuária e expansão de 6% nas exportações. Nos demais setores, os prognósticos são todos negativos,

Mudança no padrão de consumo da população mundial estimula crescimento do agronegócio

Em palestra no encerramento do Fórum Protagonismo do Agronegócio Brasileiro, realizado em Porto Alegre em meados de novembro, o presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, destacou a importância estratégica do agronegócio. “Buscamos manter a lógica de aliar competência com produtividade”, observou, lembrando que o agronegócio brasileiro responde atualmente por 23% do PIB nacional, por 40% das exportações e por 30% dos empregos do país. Carvalho mirou no futuro e projetou mais crescimento em função da mudança do padrão de consumo e crescimento da população interna e mundial. “A produção de alimentos deve crescer 80% nos próximos anos e o Brasil será o maior protagonista global”, disse.

Essa liderança deve acontecer em paralelo com a expansão da oferta com sustentabilidade e integração das cadeias e também com a aposta em uma estrutura logística competitiva e sistêmica que inclua todos os modais de transporte. Em tempos de crise, o presidente da entidade ainda falou sobre as preocupações do setor que surgem com o desequilíbrio econômico. “Precisamos de reformas de Estado, da previdência e da política no Brasil”, destacou Carvalho.



Da esquerda para direita: Eduardo Hoffmann, Diretor da Revista A Granja; Ernani Polo, Sec. de Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação do RS; Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Presidente da ABAG; Jerônimo Goergen, Deputado Federal (PP/RS) e Flavio Dutra, Coord. do Escritório de Apoio do RS da Senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS)



Outra concorrida participação no Fórum, promovido pela ABAG em parceria com a Revista A Granja, foi do sócio do Demarest Advogados, Renato Buranello, que apresentou o conceito atual do setor que se inicia pelo fornecimento de insumos, passa pela produção, processamento e armazenamento até chegar à distribuição. “Cerca de 65% do PIB do agro está fora da porteira. O grande desafio do setor é conseguir agregar mais valor a produção”, destacou.

Para isso é necessário maior investimento e, por consequência, novas fontes de financiamento. “Já temos os instrumentos e agora é preciso aperfeiçoá-los”, concluiu ao defender a emissão direta de títulos para os mercados de capitais para que seja mantida a relação direta com os investidores. “O setor precisa de maior prazo, menor custo e maior previsibilidade”, insistiu o palestrante ao pedir melhor planejamento do Estado para o agronegócio. No painel conduzido pelo analista da MB Associados, Sérgio Vale, o palestrante não foi nada otimista ao pontuar que a expectativa é de que o cenário de recessão no Brasil se prolongue pelos próximos anos se nada for mudado na política econômica do país.

com o recorde de queda projetada para a área de construção, com declínio estimado em 7,3%. Nesse particular o quadro é mais dramático, pois a construção já registrou recuo de 15,7% no fechamento do terceiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2014.

Ainda no segmento industrial, a projeção para a indústria de transformação é de um recuo de 5,5%, em 2016,

depois de uma queda estimada em 8,9% em 2015. Outro dado bastante preocupante e que justifica o temor de recuperação tardia está relacionado com o nível de investimento. Segundo o índice mensal dessazonalizado, em setembro, ele estava nada menos que 34% inferior ao patamar registrado em agosto de 2013. Também em relação à Formação Bruta de Capital, que deve cair 13,5% neste ano, a perspectiva apontada pela MB é de um declínio de 4,5% em 2016.

Balança comercial US\$ bilhões

Ano	Brasil			Agronegócio		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2008	197,9	172,9	24,9	71,8	11,8	60,0
2009	152,9	127,7	25,2	64,7	9,8	54,9
2010	201,9	181,7	20,1	76,4	13,4	63,0
2011	256,0	226,2	29,7	94,9	17,5	77,4
2012	242,5	223,1	19,4	95,8	16,4	79,4
2013	242,1	239,6	2,5	99,9	17,0	82,9
2014	225,1	229,0	-3,9	96,7	16,6	80,1

Fonte: Secex

Vendas de Defensivos Agrícolas

Ano	Produto Comercial (t)	Ingrediente Ativo (t)	Valor US\$ milhões
2008	673.892	312.637	7.125
2009	725.577	335.742	6.625
2010	708.592	342.580	7.303
2011	730.627	345.026	8.487
2012	823.226	346.583	9.710
2013	902.408	367.778	11.454
2014	914.220	352.336	12.248

Fonte: Sindiveg

Vendas de Fertilizantes

Ano	milhões de t
2008	22,42
2009	22,40
2010	24,51
2011	28,32
2012	29,25
2013	30,70
2014	32,20
2015	25,67

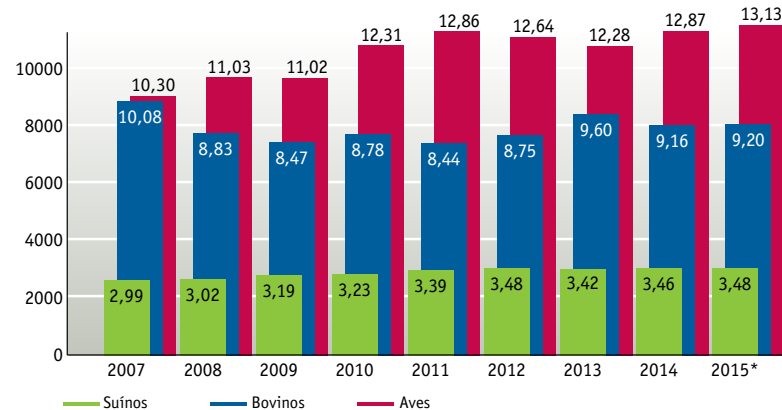
Fonte: Anda

Vendas de Máquinas Agrícolas – Unidades

Ano	Tratores de roda		Tratores de esteira		Cultivadores Motorizados		Colheitadeiras	
	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas
2008	43.414	23.056	720	2.726	1.852	13	4.458	3.579
2009	45.437	12.344	618	775	1.759	39	3.817	1.231
2010	56.420	14.171	878	1.754	1.807	128	4.549	2.261
2011	52.296	12.620	1.022	2.460	1.307	27	5.343	2.390
2012	55.819	12.167	1.062	2.265	1.348	39	6.278	1.238
2013	65.089	11.182	942	1.580	1.618	10	8.539	1.140
2014	55.623	9.412	835	1.869	1.567	5	6.330	1.031
2015	34.027	6.017	373	795	894	82	3.236	312

Fonte: Anfavea

Produção de Carnes milhões de t



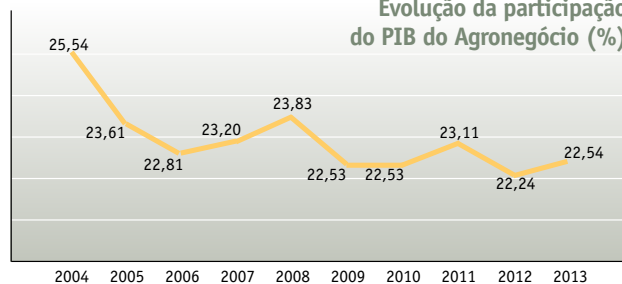
Fonte: Conab / Sugof / Geole
*Estimativa



EXPEDIENTE – Publicação oficial da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG. Presidente: Luiz Carlos Corrêa Carvalho. Vice-presidente: Francisco Matturro. Diretores: Alexandre Enrico Silva Figliolino, Almir Dalpasquale, Ana Helena de Andrade, André Souto Maior Pessoa, César Borges de Sousa, Christian Lohbauer, Eduardo Daher, Ingo Plöger, Luiz Lourenço, Marcello Brito, Paulo Renato Herrmann, Urbano C. Ribeiro e Weber Porto. Diretor Executivo: Luiz Cornacchioni. Jornalista Responsável: Gislaine Balbinot, MTBo65/MS. Apoio: Mecânica de Comunicação. Projeto Gráfico: Mister White. Impressão Gráfica: Landgraf. Tiragem: 1.600 exemplares.

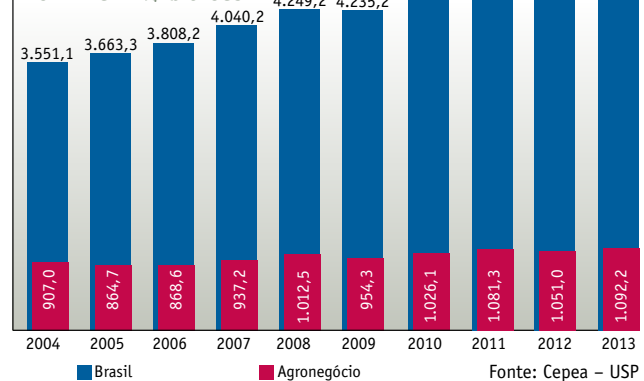
Agronúmeros

Evolução da participação do PIB do Agronegócio (%)



Fonte: Cepea-USP

Evolução do Agronegócio no PIB em R\$ bilhões



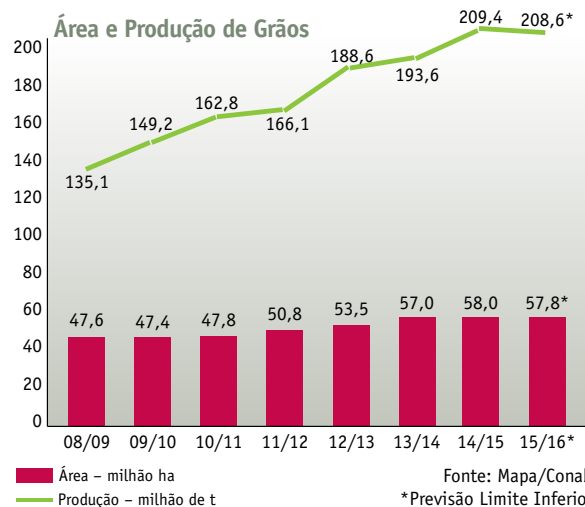
Fonte: Cepea - USP

Produção de Rações

Ano	milhões de t
2008	58,6
2009	58,4
2010	61,5
2011	64,6
2012	63,0
2013	62,6
2014	65,0*
2015	67,1**

Fonte: Sindiarações
*Estimativa
**Previsão

Área e Produção de Grãos



Fonte: Mapa/Conab
*Previsão Limite Inferior

CONTATO ABAG: Av. Paulista 1754 - cj 147
São Paulo/SP - 01310-200 - Fone/Fax (11) 3285-3100
E-mail: abag@abag.com.br - Site: www.abag.com.br
twitter: @abag_brasil
Facebook: ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio